



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE – MG

PROCESSO LICITATÓRIO: 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2026

PORTAL SEGURANÇA ELETRONICA LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob o nº: 03.637.186/0001-82, sediada na Rua Bernardino Brandão, 180, sala 03, Bairro Rosário, João Monlevade, MG, neste ato representada por seu sócio **EDMAR MARTINS DO CARMO**, inscrito no CPF sob o nº 040.150.716-54 portador do RG: MG-9.029.763, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.**, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Interposto Recurso Administrativo, com intimação em 07/05/2026 (quinta-feira), o prazo final para apresentação das contrarrazões ocorrerá em 12/05/2026 (terça-feira). Isto posto, é tempestiva a presente manifestação, pois ocorrida no prazo legal.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inconformada com a habilitação da Recorrida, a empresa **BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.**, apresentou Razões de Recurso, pretendendo a desclassificação da Recorrida.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

O recurso administrativo apresentado pela recorrente não merece provimento, uma vez que se sustenta em interpretações excessivamente formalistas do instrumento convocatório, desconsiderando os princípios contemporâneos que regem as contratações públicas sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

A recorrente sustenta, em síntese, supostas irregularidades na proposta da empresa vencedora, alegando divergências documentais, pretensa inexecutabilidade da proposta, supostas inconsistências técnicas em catálogos, utilização de equipamentos complementares, alegações acerca de eventual produto descontinuado, bem como questionamentos quanto ao prazo de análise técnica e à apresentação da proposta readequada.

Todavia, as alegações recursais não merecem prosperar, porquanto estão alicerçadas em interpretações excessivamente formalistas, desprovidas de demonstração concreta de prejuízo à Administração Pública, em afronta à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça e aos princípios que regem a Lei nº 14.133/2021.

Ao contrário do que tenta fazer crer a recorrente, a proposta da licitante vencedora permanece plenamente exequível, vantajosa e compatível com as exigências do edital, inexistindo qualquer vício insanável apto a justificar sua desclassificação.

DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO E DA BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

A Lei nº 14.133/2021 consagra, em seu art. 5º, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, competitividade e busca da proposta mais vantajosa.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Nesse contexto, a interpretação das regras editalícias deve observar o formalismo moderado, evitando-se desclassificações automáticas por meras impropriedades formais incapazes de comprometer a execução contratual ou a isonomia do certame.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que falhas sanáveis, erros materiais e inconsistências formais não devem conduzir à desclassificação automática da proposta quando inexistente prejuízo à Administração ou à competitividade.

Nesse sentido:

“É irregular a desclassificação de proposta vantajosa por erro formal sanável, sem prejuízo à competitividade do certame.” (TCU – Acórdão 1211/2021 – Plenário).

O próprio edital incorporou expressamente tal entendimento ao prever, em seu item 8.8, a aplicação do Acórdão nº 1211/2021 do TCU, autorizando diligências para saneamento de falhas formais e apresentação de documentos comprobatórios de condição preexistente.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça também afasta rigor excessivo em licitações:

“A interpretação dos termos do edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório.” (STJ – RMS 23.714/DF).

Conforme leciona Marçal Justen Filho, “a licitação não é um fim em si mesmo, mas instrumento destinado à seleção da proposta mais vantajosa, sendo vedado o excesso de formalismo destituído de utilidade prática”. Tal entendimento encontra amplo respaldo na doutrina administrativista, na jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Tribunais de Contas, especialmente à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e supremacia do interesse público.

A moderna interpretação do regime jurídico licitatório afasta o rigor formal exacerbado quando este não produz qualquer benefício concreto à Administração Pública, sobretudo quando a proposta apresentada revela-se apta a satisfazer integralmente o interesse público e a garantir a contratação mais vantajosa. Nessa linha, a Lei nº 14.133/2021 consolidou orientação voltada à instrumentalidade das formas e à prevalência do resultado útil do procedimento licitatório, em consonância com os princípios previstos em seu art. 5º, dentre eles a eficiência, a razoabilidade, a economicidade e o interesse público.

O próprio Marçal Justen Filho ensina que:

“O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos.”

A melhor doutrina igualmente adverte que a Administração Pública não pode transformar exigências formais em obstáculos desarrazoados à competição ou à obtenção da melhor proposta, devendo prevalecer interpretação compatível com a finalidade pública do certame.

No mesmo sentido, Hely Lopes Meirelles sustenta que:

“A legalidade administrativa não se compadece com formalismos inúteis ou com a negação da realidade dos fatos.”

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou entendimento no sentido de que falhas meramente formais, sanáveis e incapazes de comprometer a isonomia, a competitividade ou a execução contratual não devem ensejar desclassificação automática da proposta mais vantajosa. Nesse contexto, o TCU reiteradamente afirma que o



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

procedimento licitatório deve ser conduzido em conformidade com os princípios da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa, evitando-se rigor excessivo e formalismo desnecessário.

O Superior Tribunal de Justiça também possui entendimento pacífico no sentido de que o formalismo moderado deve prevalecer nos certames públicos, especialmente quando a irregularidade não compromete a essência da proposta nem causa prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

A Corte Superior reconhece que a interpretação das regras editalícias deve ocorrer de maneira teleológica e finalística, preservando-se a competitividade e a seleção da proposta mais benéfica ao interesse público.

Portanto, o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante é no sentido de que a Administração Pública deve privilegiar a finalidade da licitação — qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa — afastando interpretações excessivamente rigorosas que conduzam à desclassificação indevida de propostas aptas, vantajosas e compatíveis com o interesse público. O formalismo existe como instrumento de segurança jurídica e isonomia, jamais como mecanismo de inviabilização da competitividade ou de frustração da economicidade administrativa.

Assim, o recurso apresentado pela recorrente busca transformar meras questões formais em supostos vícios insanáveis, sem demonstrar efetivo prejuízo técnico, operacional ou econômico ao interesse público.

DA POSSIBILIDADE LEGAL DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA READEQUADA

A recorrente sustenta irregularidade na apresentação de proposta readequada pela vencedora, argumento que não encontra qualquer respaldo jurídico.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

A apresentação de proposta readequada após a fase de lances constitui procedimento expressamente previsto na legislação e amplamente admitido pela jurisprudência dos órgãos de controle.

O art. 61 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, encerrada a fase competitiva, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

Já o art. 59 da Lei nº 14.133/2021 prevê expressamente a possibilidade de saneamento e diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução processual.

No caso concreto, a proposta readequada teve como única finalidade adequar os valores unitários ao valor global final obtido na fase de lances, procedimento absolutamente rotineiro e obrigatório nos pregões eletrônicos.

Não houve alteração substancial da proposta, inovação do objeto, modificação das especificações técnicas nem qualquer alteração capaz de comprometer a isonomia.

A diferença apontada pela recorrente, correspondente a R\$ 0,04 (quatro centavos), decorre exclusivamente de arredondamento matemático dos valores unitários, situação que configura erro material plenamente sanável.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento reiterado no sentido de que erros materiais e inexactidões matemáticas podem ser corrigidos sem afronta à isonomia:

“Erros materiais ou falhas formais passíveis de saneamento não ensejam desclassificação automática da proposta.” (TCU – Acórdão 2443/2021 – Plenário).

No mesmo sentido:

“A existência de erro material sanável não justifica a desclassificação da proposta mais vantajosa.” (TCU – Acórdão 357/2015 – Plenário).



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

A doutrina de Joel de Menezes Niebuhr igualmente reconhece:

“Não se admite a eliminação de licitante por mero erro material, especialmente quando plenamente identificável a intenção da proposta e inexistente prejuízo à Administração.”

Portanto, a apresentação de proposta readequada não apenas é permitida pela legislação e pelo edital, como representa procedimento necessário à adequação formal da proposta vencedora ao lance final obtido.

IV – DA LICITUDE DAS DILIGÊNCIAS E COMPLEMENTAÇÕES DOCUMENTAIS

A recorrente afirma, equivocadamente, que houve suposta alteração substancial da proposta em razão de esclarecimentos técnicos apresentados pela vencedora.

Todavia, a Lei nº 14.133/2021 admite expressamente a realização de diligências para esclarecimento e complementação da instrução processual.

A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que diligências destinadas ao esclarecimento técnico da proposta são legítimas e recomendáveis:

“O pregoeiro deve promover diligência quando houver dúvida razoável acerca da exequibilidade ou da compatibilidade técnica da proposta.” (TCU – Acórdão 1211/2021 – Plenário).

Ademais, o próprio edital prevê a possibilidade de diligências e saneamentos voltados à confirmação da compatibilidade técnica das soluções apresentadas.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Por erro material, foram informados itens diferentes da proposta vinculante, quando da apresentação da proposta readequada. Tal fato, gerou interpretação divergente, o que agora será sanado pela apresentação da devida proposta readequada vinculada ao objeto.

V – DAS ALEGAÇÕES ACERCA DOS CATÁLOGOS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

As alegações da recorrente acerca de supostas divergências de catálogos não configuram vício material capaz de ensejar desclassificação.

A Administração Pública analisou o conjunto documental de forma sistêmica, considerando as características técnicas efetivamente ofertadas, concluindo pela compatibilidade da solução apresentada.

A jurisprudência do TCU afasta desclassificações fundadas em formalismo exacerbado:

“O julgamento da proposta deve privilegiar a verificação objetiva do atendimento ao interesse público, vedado o formalismo excessivo.” (TCU – Acórdão 7334/2014 – 2ª Câmara).

A recorrente não demonstrou qualquer prejuízo efetivo à execução contratual, limitando-se a levantar conjecturas e interpretações subjetivas sobre os documentos apresentados.

Ainda que houvesse alguma inconsistência pontual em documento acessório, tal situação seria plenamente sanável mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Por isso, o reconhecimento do erro material sanável com a apresentação da devida proposta readequada, estabelecendo os equipamentos que serão utilizados já garantirá a continuidade do certame na busca da melhor proposta.



Portal Segurança Eletrônica LTDA
Sua segurança 24 horas no ar

VI – DA INEXISTÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Não procede a alegação de inexecutabilidade.

A vencedora apresentou relatório técnico de composição de preços e comprovação de executabilidade demonstrando possuir:

- estrutura operacional instalada no município;
- equipe técnica já constituída;
- frota compatível;
- infraestrutura logística ativa;
- ganho operacional decorrente da expertise prévia na execução dos

serviços.

A Administração Pública não pode presumir irregularidade a partir da eficiência operacional da contratada, sobretudo quando inexistem provas de que os equipamentos ofertados não atendam às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência. Ao contrário, a Lei nº 14.133/2021 prestigia a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme art. 11, inciso I, sendo plenamente legítimo que uma empresa detenha maior capacidade competitiva em razão de expertise acumulada, logística previamente estruturada, equipe técnica disponível ou economia de escala.

Nesse sentido, a existência de infraestrutura operacional prévia não configura vantagem competitiva ilícita, mas consequência natural da livre concorrência e da eficiência empresarial. Exigir que a licitante demonstre detalhadamente a absorção interna de todos os custos operacionais, sem indício concreto de inexecutabilidade, equivaleria à criação de requisito não previsto no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a inexecutabilidade não pode ser presumida, devendo ser comprovada mediante análise objetiva e fundamentada:

“A desclassificação de proposta por inexecutabilidade exige demonstração objetiva da impossibilidade de execução do contrato, não bastando meras presunções ou conjecturas.” — Tribunal de Contas da União, Acórdão 1.214/2013 – Plenário.

No mesmo sentido:

“A existência de preços inferiores aos estimados pela Administração não conduz automaticamente à inexecutabilidade da proposta, especialmente quando a licitante demonstra possuir condições operacionais diferenciadas.” — TCU, Acórdão 2.528/2012 – Plenário.

Ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que a Administração deve prestigiar o formalismo moderado e a busca da proposta mais vantajosa:

“O procedimento licitatório não deve ser conduzido com rigor excessivo, capaz de comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.” — STJ, RMS 34.188/DF.

A doutrina especializada igualmente rejeita interpretações restritivas fundadas em presunções abstratas de desequilíbrio concorrencial. Para Marçal Justen Filho:

“A experiência prévia, a estrutura empresarial já existente e a eficiência operacional não configuram vantagem ilícita, mas expressão legítima da capacidade competitiva do particular.”

Na mesma linha, Ronny Charles Lopes de Torres leciona que:

“A Administração não pode desclassificar propostas com base em desconfianças genéricas ou exigências implícitas não previstas no



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

instrumento convocatório, sob pena de violação à segurança jurídica e à competitividade.”

A alegação de suposta contradição entre o fornecimento de equipamentos novos e o aproveitamento de estrutura operacional existente também não se sustenta juridicamente. Estrutura operacional, equipe técnica, logística e continuidade contratual são elementos distintos do fornecimento de bens novos. O fato de a licitante já atuar no município não implica, por si só, reutilização de equipamentos ou descumprimento contratual.

Ademais, a própria Lei nº 14.133/2021 adota modelo de contratação orientado à eficiência, ao resultado e à economicidade, sendo incompatível com o regime jurídico atual qualquer interpretação que penalize empresas mais eficientes ou melhor estruturadas.

Importante destacar que eventual diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 possui natureza discricionária e instrumental, não constituindo etapa obrigatória fundada em mera especulação. A Administração somente deve instaurar diligência quando houver dúvida objetiva, concreta e razoavelmente fundamentada acerca da exequibilidade ou conformidade da proposta, o que não se verifica no caso narrado.

Não há, portanto, qualquer “vantagem competitiva indevida”, mas simples manifestação de maior eficiência empresarial da licitante vencedora, circunstância plenamente admitida pelo ordenamento jurídico e compatível com os princípios da competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, admitir a tese recursal significaria criar presunção absoluta de inexecutabilidade sempre que a licitante possuisse experiência prévia na execução contratual, o que afrontaria não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também os princípios constitucionais da livre concorrência, da isonomia material e da eficiência administrativa.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Em contraposição aos argumentos expendidos pela recorrente, verifica-se que a decisão administrativa que aceitou a proposta vencedora observou integralmente os princípios e regras estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, inexistindo qualquer elemento concreto apto a caracterizar inexecutabilidade da proposta ou afronta à isonomia entre os licitantes.

Importa destacar que a mera diferença percentual entre o valor estimado pela Administração e a proposta ofertada não constitui, por si só, causa automática de desclassificação.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que o orçamento estimativo representa parâmetro referencial da contratação, não servindo como piso obrigatório para formulação das propostas.

Nesse sentido, o entendimento predominante do TCU é de que a inexecutabilidade não pode ser presumida exclusivamente em razão do desconto ofertado, sendo indispensável demonstração objetiva e concreta da inviabilidade de execução contratual.

O Acórdão nº 803/2024-Plenário reafirma que “a presunção de inexecutabilidade deve estar amparada em elementos técnicos suficientes que evidenciem a impossibilidade de execução do objeto”, não bastando mera inferência decorrente do percentual de desconto.

A própria Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, § 2º, confere à Administração faculdade discricionária para realização de diligências destinadas à aferição da executabilidade, e não imposição automática sempre que houver diferença relevante entre o orçamento



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

estimado e a proposta vencedora. Assim, inexistindo indícios concretos e objetivos de inviabilidade, não há obrigatoriedade de instauração de diligência complementar.

No caso concreto, a recorrente limita-se a sustentar presunção abstrata de inexecutabilidade fundada exclusivamente na diferença entre o valor estimado e o valor contratado, sem, contudo, apresentar qualquer demonstração técnica específica de que os custos operacionais, logísticos, trabalhistas, tributários ou tecnológicos inviabilizariam a execução do objeto pela vencedora.

Tal circunstância é insuficiente para afastar a presunção de legitimidade da proposta apresentada, sobretudo porque a licitante declarada vencedora assumiu integral responsabilidade pela execução contratual nos termos exigidos pelo edital, submetendo-se às penalidades legais e contratuais em caso de inadimplemento.

A doutrina administrativista também rechaça a automática vinculação entre desconto elevado e inexecutabilidade. Conforme leciona Marçal Justen Filho, “a inexecutabilidade somente se caracteriza quando demonstrada objetivamente a impossibilidade de execução satisfatória do contrato, não bastando mera suspeita fundada em valores reduzidos”.

No mesmo sentido, Rafael Sérgio de Oliveira ensina que “o preço aparentemente baixo pode decorrer de estrutura empresarial mais eficiente, ganho de escala, tecnologia própria, estratégia comercial ou condições diferenciadas de mercado”.

Ademais, não há qualquer afronta ao princípio da isonomia. Ao contrário, a desclassificação de proposta válida, sem comprovação técnica inequívoca de inexecutabilidade, é que configuraria violação aos princípios da competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

A Administração Pública não pode presumir incapacidade empresarial apenas porque determinado licitante possui modelo operacional mais eficiente ou capacidade econômica distinta dos demais concorrentes. A livre concorrência no certame pressupõe justamente a possibilidade de apresentação de propostas mais vantajosas decorrentes de expertise, estrutura própria, otimização de custos, tecnologia empregada e estratégia comercial individual.

Cumprе ressaltar, ainda, que o objeto licitado envolve prestação continuada de serviços com fornecimento em comodato, hipótese em que é plenamente possível a amortização dos custos dos equipamentos ao longo da execução contratual, circunstância que reduz significativamente o impacto financeiro inicial da contratação e afasta a alegação genérica de inviabilidade econômica.

Também não procede eventual alegação relacionada à necessidade de equipamentos novos como fator automático de inexecuibilidade. Ausente qualquer prova de que os equipamentos ofertados não atendam às especificações técnicas do edital, não cabe presumir descumprimento futuro das obrigações contratuais. A análise de aceitabilidade da proposta deve se restringir aos requisitos efetivamente previstos no instrumento convocatório e às comprovações exigidas na fase pertinente.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que a Administração deve prestigiar o formalismo moderado e a busca da proposta mais vantajosa, vedando-se interpretações restritivas que impliquem eliminação indevida de licitantes sem fundamento técnico robusto.

Dessa forma, ausente demonstração objetiva, concreta e tecnicamente comprovada da inviabilidade de execução contratual, não há fundamento legal para desclassificação da proposta vencedora, devendo ser preservada a decisão administrativa que reconheceu sua aceitabilidade, em observância aos princípios da legalidade, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



Portal Segurança Eletrônica LTDA
Sua segurança 24 horas no ar

VII – DAS ALEGAÇÕES SOBRE PRODUTOS DESCONTINUADOS

A alegação de que determinado equipamento estaria descontinuado igualmente não merece prosperar.

Primeiramente, a recorrente não comprovou a impossibilidade de fornecimento do equipamento no mercado nacional.

Mesmo que determinado fabricante tenha encerrado a produção de um modelo específico, tal circunstância não implica automática indisponibilidade comercial, sobretudo diante da existência de estoques, distribuidores autorizados e modelos equivalentes.

Além disso, eventual necessidade de substituição futura poderá ser solucionada mediante fornecimento de equipamento equivalente ou superior, desde que mantidas as especificações técnicas exigidas no edital.

O que a Administração exige é o atendimento das especificações mínimas e da funcionalidade pretendida, e não a perpetuidade comercial de um modelo específico.

Não há qualquer demonstração concreta de prejuízo à execução contratual.

VIII – DA SUPOSTA IMPOSSIBILIDADE TEMPORAL DA ANÁLISE TÉCNICA

A recorrente sustenta que o parecer técnico teria sido elaborado em prazo exíguo. Entretanto, tal alegação constitui mera conjectura desprovida de prova. O fato de o parecer possuir assinatura digital em determinado horário não significa que a análise técnica tenha sido iniciada apenas naquele momento.

A equipe técnica poderia perfeitamente realizar avaliação progressiva dos documentos à medida em que eram inseridos no sistema, consolidando posteriormente a conclusão final.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Além disso, os documentos apresentados consistem em fichas técnicas padronizadas e equipamentos amplamente conhecidos no mercado de segurança eletrônica, não havendo qualquer complexidade extraordinária que inviabilizasse análise célere.

Não compete à recorrente presumir incapacidade técnica da equipe municipal nem imputar, sem qualquer prova, utilização irregular de inteligência artificial ou ausência de análise humana.

Tais alegações extrapolam o exercício regular do direito de recorrer e carecem de mínimo suporte probatório.

IX – DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO E DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

O recurso apresentado busca promover desclassificação baseada em formalismos exacerbados e conjecturas subjetivas, sem demonstração concreta de prejuízo ao interesse público.

A jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TCU é firme no sentido de que a licitação não pode ser conduzida com rigorismo formal incompatível com os princípios da eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

A manutenção da proposta vencedora prestigia:

- a economicidade;
- a competitividade;
- a razoabilidade;
- o formalismo moderado;
- a supremacia do interesse público.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

A própria Lei nº 14.133/2021 autoriza o saneamento de falhas formais e erros materiais. O art. 64 dispõe que, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, ressalvada a possibilidade de complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame. Já o art. 59, ao tratar da desclassificação das propostas, prestigia a possibilidade de correção de vícios sanáveis, especialmente quando não houver alteração da substância da proposta.

A interpretação sistemática da legislação conduz ao entendimento de que erros materiais em planilhas, quantitativos, especificações acessórias ou mesmo inadequações formais de itens podem ser corrigidos ou ajustados, desde que preservados:

- o conteúdo essencial da proposta;
- o preço global ofertado;
- a competitividade;
- a igualdade entre os licitantes;
- e a vantajosidade da contratação.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou esse entendimento.

O TCU, no Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário, firmou orientação de extrema relevância ao reconhecer que a vedação à juntada de documentos novos não impede o saneamento de falhas ou a apresentação de documentos destinados a comprovar situação já existente anteriormente à sessão pública, desde que se trate de mero equívoco formal ou material.

No referido precedente, o Tribunal consignou que:



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

“A vedação à inclusão de novo documento [...] não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado por equívoco ou falha.”

Na mesma linha, o Acórdão nº 2.049/2023 – Plenário reconheceu expressamente a possibilidade de apresentação de documento destinado à correção de erro material constante da proposta inicial, inclusive em sede recursal, sem afronta aos princípios da isonomia ou da vinculação ao edital.

Ainda, o Acórdão nº 1.204/2024 – Plenário assentou que:

“É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.”

Também merece destaque o Acórdão nº 4.370/2023 – Primeira Câmara, no qual o TCU reconheceu a possibilidade de correção de inconsistências em planilhas de preços, desde que mantido o valor final da proposta, ressaltando que a atuação do pregoeiro deve buscar o aproveitamento das propostas vantajosas.

A doutrina especializada igualmente caminha nesse sentido.

Marçal Justen Filho ensina que o excesso de formalismo viola a própria finalidade da licitação, pois o procedimento deve servir à obtenção da proposta mais vantajosa, e não à eliminação automática de licitantes por falhas irrelevantes ou sanáveis. Para o autor, somente defeitos capazes de comprometer a segurança jurídica, a isonomia ou a execução contratual justificariam a desclassificação da proposta.

No mesmo sentido, Ronny Charles Lopes de Torres sustenta que a Nova Lei de Licitações fortaleceu o dever de saneamento processual pela Administração, consagrando



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

o formalismo moderado e permitindo a correção de falhas materiais, especialmente quando inexistente prejuízo à competitividade ou alteração substancial da oferta originalmente apresentada.

Já Joel de Menezes Niebuhr leciona que a diligência possui caráter instrumental voltado à busca da verdade material, sendo incompatível com a Lei nº 14.133/2021 a desclassificação automática de propostas por vícios meramente formais ou erros sanáveis.

Assim, verifica-se que a alteração de itens da proposta técnica ou comercial é juridicamente admissível quando destinada exclusivamente à correção de erro material, adequação formal, esclarecimento técnico ou saneamento de inconsistências, desde que não implique inovação da proposta original, modificação substancial da oferta, elevação indevida da competitividade ou prejuízo à igualdade entre os licitantes.

A interpretação contemporânea da Lei nº 14.133/2021 prestigia a máxima efetividade do interesse público, a ampliação da competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, afastando soluções excessivamente formalistas que conduzam à desclassificação de propostas plenamente exequíveis e compatíveis com o objeto licitado.

Dessa forma, diante da existência de mero erro material na proposta técnica, revela-se plenamente possível a realização de diligência e a consequente retificação de itens ou documentos acessórios, desde que preservada a essência da proposta originalmente apresentada, em observância aos princípios da razoabilidade, da eficiência, da competitividade e da supremacia do interesse público.

X – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

RUA BERNARDINO BRANDÃO, 180 SALA 03, JOÃO MONLEVADE, MG, 35930-156
TEL- 31 3852-2850 - E-mail – financeiro1portal@gmail.com



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

- a) o recebimento das presentes contrarrazões;
- b) o conhecimento e total improvimento do recurso administrativo interposto pela empresa BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.;
- c) a manutenção integral da decisão que classificou e declarou vencedora a empresa Recorrida;
- d) o reconhecimento da legalidade da apresentação da proposta readequada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da jurisprudência do TCU e dos princípios do formalismo moderado e da busca da proposta mais vantajosa;
- e) o regular prosseguimento do certame com a consequente adjudicação e homologação do objeto.

Link do Cabo de Alarme: <https://telecamcabos.com.br/produto/cabo-multicores-liga-de-cobre/>

Link do Cabo de Câmera: <https://telecamcabos.com.br/produto/cabo-coaxial-slim-85-dupla-blindagem/>

Link do Rack: <https://www.maxeleton.com.br/produto/mini-rack-5u-x-350mm-c-visor-acrilico-preto>

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Monlevade/MG, 11 de maio de 2026.

Portal Segurança Eletrônica Ltda
Edmar Martins do Carmo
Sócio Administrador